

A Chave do Futuro

O ensino básico no Brasil atravessa um dilema maior e mais angustiante do que o levantado pela questão técnica de fixar regras para a conversão das mensalidades escolares à URV. O fato bruto, hoje, é que a classe média brasileira, socialmente achatada por uma prolongada crise, se sente cada vez mais impotente para acompanhar os reajustes das mensalidades escolares das escolas privadas, que ganham folgadoamente a corrida com os índices inflacionários. Por outro lado, não desejam levar seus filhos para um escola pública decadente e desqualificada, degradada pelos baixos salários e pelo grevismo endêmico.

Muito se fala na ganância e na cartelização da rede privada, mas não há como negar que, no mundo inteiro, a escola particular é cara — são altos os custos da qualidade. Não há como exigir que estabelecimentos privados abram mão do lucro em nome da função social que desempenham ou de ideais filantrópicos. Escola particular é opção para quem quer e pode pagar, não devendo ser a única alternativa para se enfrentar a falta de vagas e a péssima qualidade de ensino das salas de aula públicas.

O absurdo não está na pretensão mais que razoável das escolas privadas de fugirem do vermelho, mas no fato do ensino público básico ter se tornado indício seguro de proletarização, na medida em que não consegue assegurar um padrão mínimo que garanta competitividade e mobilidade social para seus alunos. Basta evocar o saldo de paralisações revelado por uma pesquisa sobre a rede estadual do Rio de Janeiro: entre 1988 e 1989, um ano foi desperdiçado em greves.

A perversão brasileira, pois, não é o fato de que a sofrida classe média não encontre alternativa para a escola privada, mas que o ensino público, e não o privado, seja encarado como alternativa. A perversão está em que nosso ensino superior público não exprime a mesma degradação social do ensino básico. Sendo por isso frequentado pela classe média alta, o que significa que o Estado preferiu financiar determinado estamento do que assegurar uma boa educação básica para todos.

Salta aos olhos a deformação desta política pública de educação. O fato é gravíssimo e exprime um vício ancestral: nunca até hoje houve no Brasil uma tentativa séria de se promover a educação como fator *sine qua non* da formação de um Estado nacional moderno. Pode-se talvez falar em projetos destinados a assegurar grandes obras de infra-estrutura, que

exigem competência gerencial e tecnológica de uma pequena elite. Mas não em assegurar na realidade a universalização do ensino básico e a secularização do conhecimento científico, tarefa prometeica pregada pela primeira vez pelos ingleses, em 1640.

A educação básica sempre esteve nos alicerces das grandes nações modernas: foi ela que propiciou a Revolução Industrial inglesa. Um século mais tarde, as revoluções francesa e prussiana retomaram a universalização da educação e a erradicação do analfabetismo como chave para sociedades mais justas e equilibradas. A Revolução Meiji praticamente acabou com o analfabetismo a partir de 1861. Para isso foi preciso que interesses políticos, militares e econômicos dobrassem o velho hábito de manter os povos na ignorância para melhor controlá-los.

O Brasil está jogando seu futuro no desafio de fazer sua revolução pedagógica. O ensino privado não pode ser aliado deste processo. Mas sem um ensino público de qualidade, como aliás o Brasil já teve, ele estará incompleto. Nos anos 50, a Coreia do Sul e o Brasil se igualavam em taxas de alfabetização. Hoje, a Coreia está uns 30 anos na frente do Brasil em matéria de educação.

Sergio Costa Ribeiro mostra que a universalização do acesso à escola não equivale à universalização da educação. No Brasil, a "pedagogia da repetência" é sintoma da baixa qualidade do ensino. Dos 96% brasileiros que se matriculam em idade escolar, 55% repetem a primeira série e apenas a metade completa a 6ª série.

Esta realidade é inaceitável. Neste fim de século, a educação virou condição necessária para o desenvolvimento econômico. Desapareceu a vantagem comparativa de modelos econômicos mercantilistas baseados no uso intensivo de mão-de-obra barata e não qualificada e na utilização predatória de matérias-primas abundantes. As formas de produção pedem habilidades técnicas superiores e inovações tecnológicas. A informática e a automação criaram um quadro de competição internacional que exige alto grau de instrução para as nações como um todo.

Esta evidência continua a ser ignorada pelo estado brasileiro, que produz aviões, satélites e plásticos de alta resistência, mas não consegue assegurar educação e saúde ao seu povo. Não será inviabilizando comercialmente a escola privada que se resolverá o problema, e sim reordenando o Estado para que as camadas médias como os menos afluentes tenham acesso a um ensino básico gratuito de qualidade.